



## A PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA COMO ANUNCIADA POR EDMUND HUSSERL\*

Entre os anos 1925 e 1928, Edmund Husserl elaborou uma série de reflexões acerca do que deveria ser uma psicologia fenomenológica e sua relação com a fenomenologia transcendental, presentes na *Husserliana IX*, com o título de “Psicologia fenomenológica” (*Phänomenologische Psychologie*). Esses escritos são partes constitutivas das preleções do semestre de verão de 1925, somados à quarta e última versão do artigo destinado à Enciclopédia Britânica, as Conferências de Amsterdam e, adicionalmente, alguns apêndices bastante ilustrativos do que ficara amplamente concebido como a psicologia fenomenológica.

Conforme apresentação da tradução francesa editada pela J. Vrin (Paris, França), em 2001, Philippe Cabestan e Natalie Depraz<sup>1</sup> afirmam que, nas primeiras investidas husserlianas, a evidência da psicologia aparece ao longo dos caminhos fenomenológicos de modo bastante confuso. Considerada, sobretudo, a crítica ao psicologismo na época das *Investigações lógicas*, e a tematização das duas versões do caminho da psicologia: pela via da filosofia primeira e posteriormente no seio da *Krisis*<sup>2</sup>, ou ainda a atenção voltada aos vividos de consciência como tema próprio à fenomenologia, tornando, a princípio difícil, conferir um sentido unívoco à ideia de psicologia fenomenológica. São, desse modo – o projeto das Preleções de 1925, intitulado de psicologia fenomenológica; o artigo destinado à Enciclopédia Britânica e a Conferência de Amsterdam, e os apêndices que ordenam e declaram, em definitivo, o projeto explícito de uma psicologia que se pautou pelos preceitos metodológicos da fenomenologia, com todas as características e consequências daí advindas<sup>3</sup>. É somente nesse entorno que, sistematicamente, se explicita a relação que a psicologia guarda com as outras ciências e com a fenomenologia transcendental, fazendo advir os meandros de uma psicologia fenomenológica, e não, como se compreendeu equivocadamente a princípio, uma “fenomenologia psicológica”<sup>4</sup>.

A respeito dessa distorção, lê-se o seguinte parágrafo nesta mesma apresentação, assinado por dois de seus tradutores:

É, portanto, o projeto das preleções de 1925 que leva esse título, bem como, por um lado, aquele do artigo destinado à Enciclopédia Britânica e, de outra parte, as conferências de Amsterdam. O interesse do volume reside, assim, na apresentação sistemática da relação que a psicologia mantém com as outras ciências, e com a fenomenologia transcendental: o problema da naturalização da disciplina psicológica é vista aqui correlativamente àquele de sua transcendentalização. É, pois, menos a confrontação e o diálogo com Heidegger que foram aqui privilegiados, tal como é o caso nos dois outros volumes mencionados acima, que a constituição da disciplina nomeada ‘psicologia fenomenológica’ (e não, como o título do volume inglês o deixa eloquentemente expressar, de uma ‘fenomenologia psicológica’) (2001, p. 8, grifo meu).

Pelo fato de a tradução de textos husserlianos relativos ao tema da “psicologia fenomenológica” ter sido vertida pelos ingleses para a expressão “fenomenologia psicológica”, levanto a hipótese de que esse equívoco possa ter, de algum modo, influenciado uma certa tradição de psicólogos brasileiros, do mesmo modo equivocada, quando se refere à fenomenologia como

1 Cabestan, P. & Depraz, N. Présentation, em: Edmund Husserl, *Psychologie Phénoménologique (1925-1928)*, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 2001, p. 7-8.

2 Edmund Husserl, *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental. Uma introdução à filosofia fenomenológica*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2014. Título original alemão: *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendental-Phänomenologie. Eine Einleitung in die phänomenologische Philosophie*.

3 Recentemente, no Brasil, foram publicados os seguintes textos de Husserl, sobre esta temática: o artigo da Enciclopédia Britânica (1927), as Conferências de Amsterdam (1928) e as Conferências de Praga (1935), acompanhadas de Apêndices e Glossários. Tradução de Giovanni Jan Giubilato, Anna Luiza Coli e Daniel Guilhermino. Edmund Husserl, *Psicologia fenomenológica e fenomenologia transcendental: Textos selecionados (1927-1935)*, Petrópolis, Vozes, 2022.

4 De modo equivocado, a tradução inglesa do presente texto utilizou como título, “Fenomenologia psicológica”, como se fosse possível adjetivar a fenomenologia a partir de uma perspectiva da psicologia, produzindo, desde então, uma compreensão que se generalizou em boa parte dos leitores de língua inglesa não apenas confusa, mas oposta ao pretendido pela tarefa husserliana.

\* Apresentação à presente tradução do Prof. Dr. José Olinda Braga.



uma psicologia. Por óbvio, as primeiras aproximações ao método fenomenológico como possibilidade de fundamento às abordagens humanistas devem ter seguido a tradição britânica, pela maior facilidade histórica de acesso bibliográfico à língua inglesa.

Buscou-se, nestas reflexões, estabelecer as condições capazes de determinar uma psicologia fenomenológica. A naturalização da psicologia até então vigente foi confrontada com a sua necessária guinada transcendental. A compreensão de consciência com seu caráter intencional não bastaria a tão amplo projeto. Ainda que a redução se apresentasse no arcabouço fenomenológico como imprescindível à atitude transcendental, Husserl tematizou, para este fim, uma redução fenomenológica não-transcendental.

Todos esses textos são do mais alto interesse para uma reflexão epistemológica em si: de um lado, a psicologia fenomenológica oferece um campo fértil de pesquisas tal como evidenciado nos trabalhos de Sartre, Merleau-Ponty, Binswanger, entre outros; por outro lado, estabelece a pertinência de uma psico-fenomenologia<sup>5</sup> no seio dos debates sobre a naturalização, que animam as ciências cognitivas contemporâneas, o que requer um retorno à abertura husserliana.

Evidencia-se como ponto fulcral dos textos de 1925, a apresentação sistemática de uma psicologia que possui, como precursores, Brentano e Dilthey. Sua particularidade reside nos acréscimos fundamentais estruturados por Husserl, a partir daquelas intuições, tais como a análise eidética dos vividos intencionais.

Tecendo uma construção argumentativa que levará ao anúncio do que deveria ser uma psicologia fenomenológica, uma vez já tendo anunciado sua compreensão sobre o desenvolvimento da psicologia moderna ao longo do primeiro parágrafo da introdução de suas preleções do semestre de verão de 1925, Edmund Husserl prossegue suas reflexões no parágrafo seguinte, explicitando as razões que mitigaram as influências de Dilthey, devidas em parte ao limitado horizonte de compreensão por parte daqueles a quem justo se dirigiam tais críticas, bem como anuncia os limites decorrentes do ponto de partida diltheyano para novos encaminhamentos metodológicos, sugerido em sua reivindicação da necessidade de reforma da psicologia de então.

Mesmo sem o imediato acolhimento de tais reivindicações, naquele momento histórico, a psicologia naturalista já havia sido inexoravelmente atingida pela crítica elaborada por Dilthey, quando expôs a necessidade de reformas daquela ciência, instigando-a a ultrapassar a mera tarefa explicativa dos fatos psíquicos e situando-a idealmente na esfera da compreensão dos fenômenos.

As ideias aportadas por Dilthey necessitavam de ambiência filosófica e científica suficientemente madura para acolher suas intuições, que, em seu âmago, denunciava o grau de incompatibilidade havido entre, de um lado, os caminhos da produção de ciências da natureza e, de outro, aqueles das ciências do espírito. Era mais que evidente a impropriedade e insuficiência daquele método que, embora tão adequado e exitoso para a investigação dos fatos da natureza, não abarcava a dimensão das questões relativas ao espírito.

Arvorar-se a interpretar tais ciências sob o mesmo paradigma que aquele utilizado na elaboração de conhecimentos próprios à esfera dos fenômenos naturais era insensato e insuficiente. Esse alerta que de todo modo permaneceu desconsiderado pelos saberes de então, deveu-se em parte ao encantamento que as ciências explicativas e naturalistas exerciam sobre as mentes mais avançadas, estimulado por seus êxitos inauditos, e que não permaneceu emudecido, entretanto, ao longo dos acontecimentos posteriores.

Pretendia-se uma psicologia puramente intuitiva, com a tarefa de descrever e analisar os fenômenos da psique, o que necessariamente implicaria o advento de um novo método que não abdicasse da racionalidade e rigor, que se voltasse à intuição das essências dos fenômenos, que fosse apriorístico, que desse conta daquelas especificidades de um objeto nada afeito aos ditames da investigação positiva, por se situar na dimensão da subjetividade até ali evitada, hostilizada enquanto cumprimento à exigência de objetividade.

Na compreensão de Husserl, os argumentos diltheyanos não foram explicitados de modo suficientemente claro quanto aos princípios apontados, com vistas à sua reivindicação de um novo horizonte para as ciências do espírito, em particular a psicologia. Sobretudo nos aspectos concernentes ao sentido específico da psicologia, levando-se em conta os limites de suas potencialidades. Na esfera do anunciado, não se evidenciavam convincentemente os caminhos imprescindíveis que pudessem subsidiar uma ciência explicativa de caráter fundamental e elementar, e a tornar-se factível e aceita, seguindo meros parâmetros intuitivos relativamente à descrição de suas ocorrências.

É certo que somente o sujeito existencial é capaz de descrever e explicar historicamente os meandros do vivido, o que necessariamente está previsto e consolidado nas ciências do espírito, sendo esta sua tarefa precípua. Aquela psicologia que se fez gestar no seio do mesmo método que compôs as ciências da natureza se negava, pelos ditames metodológicos que lhe são concernentes e imperativos, a tomar para si a tarefa de apresentar os fatos históricos, individualmente vividos, segundo seus encadeamentos internos, sem se darem conta que é justo ali, onde se tornam passíveis de compreensão em seu contexto individual de motivação.

Essas explicações, gestadas desde a intimidade subjetiva, precisavam ser explicadas a partir de leis, o que possibilitaria o alcance das ciências do espírito em ultrapassagem ao meramente individual. Porém, tal imperativo não se fez evidente de modo satisfatório em Dilthey. Não estaria circunscrita a uma mera percepção individual qualquer fundamento que se apoiasse tão somente na experiência interna do sujeito? A pergunta fundamental não respondida por Dilthey, e talvez sequer formulada, era: como se poderia atingir leis psicoló-

<sup>5</sup> Em meio às discussões em que o diálogo entre psicologia e filosofia se fez profícuo, seria muito bem-vinda a chegada de uma psico-fenomenologia. A grafia assim registrada pretende enfatizar as bases epistemológicas de uma psicologia segundo o método fenomenológico, sem, contudo, deixar de ser uma ciência psicológica e, tampouco, sem se deixar capturar de modo a se transformar numa filosofia simplesmente.



gicas universais, sobrepondo-se a vagas generalizações empíricas?

Uma psicologia analítico-descritiva deveria se sobrepor à psicologia explicativa de base naturalista. Ter-se-ia antes que elaborar uma psicologia que procedesse de modo essencialmente intuitivo (e não hipotético e construtivo, tal como se apresentara desde seu advento) por descrição e análise. O que estruturalmente falta à psicologia naturalista é ser capaz de compreender que os encadeamentos psíquicos são vividos e que eles são todos religados num único conjunto, a saber, o conjunto total da vida psíquica em fluxo. Nesse ponto de exposição, Husserl chega a acusar de estéril toda psicologia que não se volta à fundação da dimensão espiritual a partir do encadeamento compreensivo da vida espiritual.

O parágrafo segundo finda por apontar falhas na exposição de Dilthey, segundo a análise de Husserl, ainda que ela revele admiráveis intuições, o que nos obriga, de todo modo, a ultrapassar seus aportes, nos esquivando mesmo de assumir o seu método como adequado a atingir os horizontes presumíveis em consequência de suas críticas.

Voltar-se para a interioridade do vivido, a fim de produzir uma análise descritiva daquilo que se vislumbrou em seu profundo, de fato, nos conduz a uma compreensão do indivíduo em suas formações espirituais enquanto ali se encadeiam os vividos. Nessa esfera, chega-se às razões motivantes que mobilizaram uma existência, o que, entretanto, não passaria de uma explicação individual. Nesse sentido, onde ficaria a vocação da psicologia em explicar a partir de intuições gerais, de modo a garantir-lhe uma função semelhante àquela exercida pela matemática e a física, frente às necessidades das ciências da natureza?

Dilthey viu-se na condição de desesperar-se na tentativa de se fazer compreender, de modo que seus argumentos fossem adequadamente acolhidos em meio aos que subvertiam os caminhos da psicologia, pela via das ciências da natureza. Por sua insuficiência argumentativa e por não ser o tempo propício, limitou-se a lançar seu brado, edificado a partir de intuições geniais. Assim, caberia ao pai da fenomenologia a tarefa de esclarecer o que não restara suficientemente claro no pensamento de Dilthey. Coube-lhe, do mesmo modo, propor os fundamentos da constituição de uma psicologia que, partindo das subjetividades vividas, fosse capaz de atingir a universalidade segundo leis rigorosas e racionais. É somente na segunda parte do escrito de 1925, relativa à sistematização de seus propósitos, que veremos em Husserl a realização do que fora pre-nunciado por Dilthey.

Todo o longo escrito aqui apresentado é precedido de uma introdução, subdividida em quatro parágrafos, assim denominados:

§ 1. O desenvolvimento da psicologia moderna: A crítica decisiva de Dilthey e suas proposições de reforma (psicologia explicativa e psicologia descritiva);

§ 2. As razões da limitada influência de Dilthey sobre seus contemporâneos: a insuficiente compreensão destes e os limites de seu ponto de partida;

§ 3. Tarefa e significação das *Investigações lógicas*, por sua vez, subdividida em:

a. Crítica do psicologismo; a essência dos objetos irrealis (ideais) e das verdades irrealis (ideais);

b. Estudo da correlação: objeto ideal – vivido psíquico (formação de sentido) por meio da descrição das essências na atitude reflexiva;

c. Caracterização mais precisa da reflexão, noção decisiva para a fenomenologia (realização progressiva da reflexão);

d. Brentano enquanto pioneiro da pesquisa sobre a experiência interna – descoberta da intencionalidade como característica fundamental do psiquismo;

e. O desenvolvimento ulterior da ideia de intencionalidade nas *Investigações lógicas*. Passagem de uma psicologia puramente descritiva a uma psicologia apriorística (eideticamente intuitiva) e sua importância para a teoria do conhecimento;

f. A consequente ampliação e o aprofundamento rigoroso da problemática das *Investigações lógicas*. Atualização da necessidade de uma fundação gnosiológica das ciências apriorísticas sobre a fenomenologia transcendental – a ciência da subjetividade transcendental;

§ 4. Caracterização recapitulativa da nova psicologia.

A esse momento introdutório, segue-se a parte sistemática em que é delimitada a psicologia fenomenológica, suas necessidades, classificações, método, estrutura etc.

No texto a seguir – correspondente aos primeiro e segundo parágrafos da introdução da obra de 1925, de Edmund Husserl – é apresentada a tradução para o português, a partir da versão francesa. Todo o texto foi em seguida cotejado junto ao original alemão, de modo a tornar público para os leitores de língua portuguesa interessados nas reflexões husserlianas sobre o que e como deveria ser uma psicologia fenomenológica; um escrito que fosse o mais próximo possível de seu original, com um viés da tradição fenomenológica francesa que veio a contribuir decisivamente para demarcar o lugar da fenomenologia e sua importância tanto para a filosofia quanto para as ciências.

\*\*\*\*\*



## **PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICA** **PRELEÇÕES DO SEMESTRE DE VERÃO DE 1925** *INTRODUÇÃO (§1-§2)<sup>6\*</sup> 7\*\**

§ 1. O desenvolvimento da psicologia moderna: A crítica decisiva de Dilthey e suas proposições de reforma (psicologia explicativa e psicologia descritiva)<sup>8a</sup>

De todas as ciências, a psicologia faz parte das mais antigas. Como a lógica, a ética e a teoria política, como a metafísica, ela foi fundada por Platão, sistematicamente desenvolvida e apresentada por Aristóteles. Além do que, não lhe faltou jamais ser cultivada com zelo, em particular, após o início da modernidade científica. As primeiras tentativas para refundar a ciência da natureza ocorrem de maneira concomitante com as tentativas semelhantes em psicologia. Logo no início do século XVII, uma ciência exata da natureza, cujo método era novo e os sucessos inauditos, nasceu de uma vida de trabalho de homens como Kepler, Galileu e Descartes, tendo repercutido como modelo na psicologia e nas ciências concretas do espírito. Houve do mesmo modo um esforço apaixonado para efetuar igualmente uma reforma metodológica semelhante em psicologia, ou seja, para proporcionar igualmente a esta uma forma nova, tornando-a uma ciência explicativa exata precisamente a partir de leis elementares.

Contudo, nem a psicologia do dualismo cartesiano, nem aquela do materialismo hobbesiano ou do monismo metafísico de um Spinoza – tampouco, em princípio, a forte impulsão promovida por Locke em vista de uma psicologia empírica fundada sobre a experiência interna, do mesmo modo não conduzira ao sucesso desejado, quer dizer, a uma psicologia dotada de uma forma e de uma força de desenvolvimento continuamente crescente, não como uma unidade de teorias e métodos solidamente estabelecidos, ganhando sem cessar em extensão.

Relativamente à aquisição teórica dos séculos XVII e XVIII das ciências matemáticas e físicas, enchemo-nos de admiração. A cada etapa do desenvolvimento, esta aquisição foi se consolidando em razão da evidência do método se afinando cada vez mais e da importância das aplicações frutíferas. Não se pode constatar nada de parecido a propósito da psicologia, sobretudo, se se considera o período que vai do século XVII ao XIX, mesmo não tendo esses pesquisadores deixado nada a dever em relação aos grandes cientistas em ciências da natureza, em termos daquilo que concerne à potência intelectual.

Profundas dificuldades, que permaneceram inteiramente ocultas até nossos dias, impediram um êxito semelhante. Desde o início, a psicologia não pode resistir à tentação do naturalismo quanto à imitação exterior do modelo das ciências da natureza. Enquanto as novas ciências da natureza, uma vez postas sobre o adequado caminho metodológico, nunca puderam parar e continuaram a se desenvolver de modo contínuo segundo uma progressão crescente, quase miraculosa – nós descobrimos que a psicologia, a despeito de sua vontade e de numerosos começos plenos de esperança, não conseguiu jamais um começo definitivo capaz de lhe possibilitar, na sequência, um desenvolvimento definitivo.

No século XIX, a psicologia tomou um novo impulso importante, digamos mesmo grandioso. A impulsão nascida de fisiologistas e físicos alemães eminentes tais como J. von Müller, E. H. Weber, Volksmann, Helmholtz, Hering, G. Th. Fechner, estimulados, por sua vez, pela vitalidade de organização de um Wundt. Uma psicologia intimamente ligada às ciências da natureza e, em particular, à fisiologia vinda à luz, fiel a ela quanto a seu método. A psicologia naturalista já em projeto à época de Descartes e Hobbes se insurgiu sob uma forma essencialmente nova, de modo que, graças à arte experimental extremamente desenvolvida da fisiologia, abordou-se em primeiro lugar os problemas psicofísicos da psicologia dos sentidos, ou antes, da psicofísica dos sentidos. Esta psicologia experimental psicofísica, fisiológica, obteve de todo modo, uma reputação internacional, fez nascer institutos e métodos de trabalho igualmente internacionais, produziu convicções atingindo a unanimidade, que pareceram à época inferiores apenas àquilo que se passava com as disciplinas menos exatas das ciências biológicas da natureza. Esta psicologia, sem dúvida alguma, revelou uma profusão de fatos absolutamente notáveis que antes estavam ocultos, e fatos verdadeiramente psicológicos, embora os fisiologistas atribuísem à sua própria ciência muitos aspectos importantes desses fatos. Mesmo se a unanimidade das interpretações teóricas desses fatos estivesse longe de alcançar aquelas das disciplinas exatas das ciências da natureza, ela é, entretanto, perfeita em certos aspectos, a saber, naquilo que concerne ao estilo metódico das teorias pesquisadas. Em todo caso, nos círculos internacionais de pesquisa dessa nova psicologia, tem-se a firme convicção, uma convicção inatingível até há pouco, que finalmente se colocou em marcha a única psicologia verdadeira e genuína a título de ciência rigorosa em cujos caminhos deve repousar

<sup>6</sup> \* A partir daqui, faremos as menções às Notas constantes no texto original por letras em ordem alfabética. As Notas de Tradução ou Notas do Editor continuarão a ser apresentadas em caráter numérico, em continuidade às Notas do comentário ao texto.

<sup>7</sup> \*\* A presente tradução para a língua portuguesa tem por base a tradução francesa da *Husserliana IX*, de Edmund Husserl, *Gesammelte Werke*, originalmente publicado por Walter Biemel, sob o título *Phänomenologische Psychologie. Vorlesungen Sommersemester 1925* (Den Haag, Martinus Nijhoff, 1968). O texto francês foi traduzido por Philippe Cabestan, Natalie Depraz e Antonino Mazzú, com revisão de Françoise Dastur, tendo sido publicado sob o título *Psychologie Phénoménologique (1925-1928)*, Librairie J. Vrin, 2001. A presente versão para o português foi realizada pelo Prof. Dr. José Olinda Braga (Universidade Federal do Ceará – Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8569-5232>) a partir da tradução francesa e, em seguida, foi cotejada e revisada a partir do original alemão pelo Prof. Dr. Renato Kirchner (Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3105-1401>).

<sup>8</sup> <sup>a</sup> Cf. o Apêndice I [As Notas referidas a partir daqui não estão traduzidas nesse espaço (Nota do Editor)].



a totalidade de todos os problemas da psicologia, de todos os problemas que concernam à espiritualidade individual e cultural. Tudo o que é necessário, como em todas as ciências de experiência exitosas preocupadas com a construção elementar e explicação a partir de leis elementares, de promover pacientemente recuos e progredir muito prudentemente; não se deve apenas apegar-se precipitadamente aos problemas que não estavam ainda maduros para serem tratados cientificamente, para os quais a base factual não fora ainda mobilizado e os conceitos empíricos necessários não haviam sido ainda produzidos. Da criação bem-sucedida de uma psicotécnica, a nova psicologia recebeu um aporte não-negligenciável de certeza interna. Assim, essa psicologia parece situa-se verdadeiramente em pé de igualdade com a física exata. Ela foi, com efeito, suficientemente desenvolvida para o seu conhecimento psicológico se tornar tecnicamente utilizável, como é o caso para o conhecimento físico e químico.

E, no entanto, pode ter acontecido que um ceticismo extremamente radical se impusera contra essa psicologia assegurada de uma certa maneira de seu sucesso, ceticismo que não poderia jamais se impor contra a ciência exata da natureza. Esse ceticismo ganhou terreno, ano a ano, sob diferentes formas. É a reação cética mais radical, aquela que remonta a Dilthey e, por outro lado, à nova fenomenologia, que será aqui objeto de nosso interesse. Essa crítica cética não ataca nada menos que a metodologia integral dessa psicologia, na medida em que ela tem, de uma forma ou de outra, a pretensão de explicar os fatos da vida do espírito de modo verdadeiramente espiritual, e isso pode ser explicado psicologicamente. De fato, sob a forma mais tardia e mais madura, esse ceticismo já se voltava contra a maneira metódica de estabelecer os fatos psíquicos como fatos psicológicos, isto é, contra o fato não somente de tornar visível os fatos da experiência quanto fatos sem mais, mas também de os implantar no seio de uma experiência interna explícita, a fim de subjugar-los em seguida sob conceitos que exprimissem a essência estrutural desses fatos enquanto fatos psíquicos. É aí que surgiu, ao mesmo tempo, a censura mais radical. Esta psicologia é acusada de ser totalmente cega às formas essenciais da espiritualidade no que ela tem de específico enquanto configuração espiritual, cuja atividade é intencional, mas também enquanto subjetividade constituindo a comunidade espiritual. Por isso, ela seria de todo modo incapaz de realizar o que a suposta ciência exata e explicativa deve realizar sempre; uma vez que toda explicação é um conhecimento constituído de conceitos de essência e empresta o fio condutor das necessidades de essência encontrando neles seu fundamento.

Em 1894, no seio de uma época que nutria suas esperanças mais transbordantes de entusiasmo em torno dessa nova psicologia, época em que, ao mesmo tempo, esperava dela uma fundamentação exata das ciências do espírito e uma reforma da lógica, da teoria do conhecimento e de todas as ciências especificamente filosóficas, apareceram as *Ideias acerca de uma psicologia descritiva e analítica* (*Ideen über eine beschreibende und zergliedernde Psychologie*), de W. Dilthey (nos relatórios de reunião da Academia de Berlim) – a título de primeiro ataque contra essa psicologia naturalista; trabalho genial, ainda que de uma maturidade imperfeita, que permanecerá certamente inesquecível na história da psicologia. Dilthey, cujos estudos estavam completamente enraizados nas ciências do espírito, e que é sem contestação um dos estudiosos em ciências do espírito entre os mais importantes do século XIX, era muito mais um homem de engenhosas intuições globais do que de análises e teorizações abstratas. A capacidade à análise elementar da experiência, mas também de precisão lógica e de pensamento segundo conceitos precisos, tal como se aprende e se exerce na ciência matemática, não era particularmente seu forte. Em contrapartida, incomparável era sua capacidade para examinar a vida concreta do espírito, a vida individual deste, sua vida histórica e comunitária em suas formas concretas viventes, a compreender intuitivamente suas figuras típicas, suas formas de transformação, seus encadeamentos de motivação e a efetuar, a partir destes, grandes análises de conjunto, fazendo-nos compreender o ser e o devir específicos da espiritualidade histórica em sua necessidade concreta.

E ele foi o primeiro a notar o quão pouco a filosofia moderna prestava pouquíssima justiça às ciências do espírito, e que todos os esforços mais recentes para reformar lógica e criticamente a razão remontavam a Kant ou ao empirismo inglês, todos eles eram determinados de modo por demais unilateral pela ciência da natureza. Ele se esforçara muito cedo para elaborar uma “crítica” da razão que teve efeito nas ciências do espírito, a fim de fornecer um esclarecimento, do ponto de vista da teoria do conhecimento, da essência e das possibilidades destas obras grandiosas que se apresentavam a título de novas ciências do espírito. E aí ele deparou-se imediatamente com a questão em saber até que ponto a nova psicologia fisiológica e experimental poderia fazer o suficiente por essas ciências do espírito, até que ponto se justificava sua pretensão de ser a ciência teórica fundamental em vista da explicação da espiritualidade concreta. Ele chegou a uma conclusão decididamente negativa.

Em longas exposições, ele procurou mostrar que, contra essa psicologia “explicativa” ou “construtiva” – são estes os termos que ele usava – é requerida uma psicologia “descritiva e analítica”, cuja ideia ele tentou esboçar de modo detalhado, criticando continuamente a psicologia experimental então dominante. Essa última – diz ele – segue a ideia da ciência exata da natureza, em particular da física *atomista* moderna. Assim como atua frente aos fenômenos físicos, *ela* pretende subordinar os fenômenos da vida psíquica a um encadeamento causal, por meio de um número limitado de elementos claramente definidos. Nisso, ela procede como a física de modo hipotético e construtivo, por meio de deduções que transcendem a intuição da experiência. Por consequência, ela esboça, sobre a base da experiência, construções hipotéticas de encadeamento causais das quais não se tem experiência e leis hipotéticas que lhes são relativas. *Mas toda essa forma de proceder é comple-*



tamente inadequada à essência da psicologia. Ela nasceu de uma expansão injustificada de conceitos da ciência da natureza no domínio da vida psíquica e da história<sup>9b</sup>. Na ciência da natureza, essa maneira de proceder tem um sentido e uma necessidade; porque essa ciência repousa sobre a experiência externa que nos apresenta a natureza como exterioridade simplesmente espacial enquanto aquilo que fornece a unidade da lei a essa simples exterioridade, a saber, os encadeamentos objetivos da causalidade geral, não está lá imediatamente co-dado de forma intuitiva. Mas a psicologia e, posteriormente, todas as ciências do espírito com ela se referem ao contexto espiritual dado de forma geral pela experiência interna. A experiência interna não fornece uma simples exterioridade; ela não conhece divisão entre partes de elementos independentes. Ela conhece apenas estados entrelaçados de modo interno, entrelaçados na unidade de um encadeamento universal que é ele mesmo necessariamente co-dado, enquanto encadeamento, na intuição interna. Que nós o consideremos ou não, ele e seus momentos tomados separadamente, que nós consideremos ou não as percepções, as lembranças, os sentimentos, as volições particulares, que nós usemos ou não nosso olhar aperceptivo singular sobre seus entrelaçamentos, sua invasão e sua separação, tudo isso forma um todo, é um vivido<sup>10</sup>. A vida vivente continua sempre fluindo, ela não é apenas, ela é vivida, e uma atenção, uma consideração, uma avaliação etc., pode a cada vez se dirigir a ela. Mas são apenas novas pulsações dessa vida, inscritas nela não de forma exterior, mas no interior desta vida mesma como um momento, como vivido, aparecendo na vida, e dirigida sobre uma vida destacando-se individualmente na unidade ininterrupta de uma vida e de um vivido.

A diferença fundamental entre o conhecimento psicológico e o conhecimento da natureza reside no fato de que<sup>11c</sup> a vida da alma não é dada de modo simplesmente exterior, mas que ela é dada em seu encadeamento, é dada pelo conhecimento de si, pela experiência interna. E é aí que reside a peculiaridade fundamental das ciências do espírito em relação às ciências da natureza. Enquanto estas podem apenas “explicar” na forma de hipótese, das subestruturas e das construções, pertence à essência da ciência do espírito compreender ou ainda tornar compreensível.

Mais precisamente, sua tarefa específica é tornar compreensível a unidade da vida espiritual, da ação, da realização, da criação espiritual, produzindo uma intuição unificada, retornando aos encadeamentos espirituais com o que se faz a experiência interna (aos encadeamentos próprios e de outros da subjetividade individual e da subjetividade comunitária). Em poucas palavras: a explicação nas ciências da natureza se opõe à compreensão nas ciências do espírito. No entanto, essa compreensão ainda não é alcançada pela produção da simples intuição unificada, na qual os encadeamentos concretos são revividos posteriormente. Toda obra poética realiza bem tais encadeamentos. Mas a psicologia dos grandes poetas e escritores, de que tanto se falou, não é verdadeiramente uma psicologia, ela não é uma ciência. Ela requer, ao contrário, uma análise científica realizada sobre um fundamento puramente intuitivo, uma formação de conceitos e uma descrição sistemática. Como será exposto ainda de modo detalhado, a tarefa não concerne apenas à colocação em evidência descritiva dos tipos de dados psíquicos individuais, mas também aos tipos de encadeamento. Na psiquê, de fato, o indivíduo não passa de uma abstração. Um sentimento, uma tonalidade afetiva, um pensamento que surge, uma esperança crescente etc. – no meio psíquico, em seus entrelaçamentos, suas motivações, suas indicações etc., que são eles momentos indissociavelmente co-vividos do encadeamento, da função psíquica. Do mesmo modo, a tarefa principal consiste em desmembrar e descrever sistematicamente os múltiplos entrelaçamentos que se unificam na unidade receptiva um encadeamento estrutural, em descrever sua tipicidade. A estrutura designa o entrelaçamento complexo que surge em cada fase concreta da vida fluida da alma. A sequência das fases, que confere de modo sucessivo a unidade ao fluxo da vida, possui igualmente sua tipicidade. O encadeamento psíquico é um encadeamento de efeitos, um encadeamento do desenvolvimento, e é regido por uma teleologia imanente que se pode revelar de modo analítico a cada momento. Ao longo da vida, há uma orientação quanto a valores, uma aspiração unitária à felicidade, pela gratificação, uma orientação instintiva ou consciente a um objetivo determinado. Assim, seja de modo instintivo, seja conscientemente visando um fim, novas formas surgem a partir das formas espirituais; as atividades subjetivas da alma e as realizações dos sujeitos individuais se associam para formar atividades e obras comuns; a espiritualidade criadora a todos os níveis se torna, então, igualmente temática até as formações superiores da arte, da ciência, da religião, que devem ser elucidadas de forma compreensiva, devem ser tornadas compreensíveis de forma descritiva por meio das análises elementares conduzidas sistematicamente.

A enorme importância dos desenvolvimentos de Dilthey se encontram, antes de tudo, naquilo que ele afirmou ser concernente à unidade da vida da alma enquanto unidade do vivido, e na exigência que provém de uma psicologia descritiva que procede de maneira puramente intuitiva; psicologia que, apesar da “simples” descrição, teve que realizar um tipo específico de explicação ao nível mais simples, que Dilthey exprimiu com a ajuda do termo *compreender*. Porque não se pode dizer em um sentido muito preciso, como dizem os historiadores: a compreensão de um contexto histórico é sua única explicação sensata.

Dilthey alcançou a ideia de que a descrição científica sobre a base da experiência externa e a descrição  
9<sup>b</sup> <Cf. Dilthey, *Obras completas*, vol. V, p. 195.>

10 Nota de Tradução: a fim de manter a distinção entre “Leben” e “Erleben/Erlebnis”, optamos por traduzir, respectivamente, por “vida” e “vivido”. E a expressão “lebendige Leben” por “vida vivente” [Sobre a tradução de *Erlebnis* por *vivência*, trata-se de um neologismo proposto por José Ortega y Gasset, em texto publicado em 1913. Ver: Ortega y Gasset, J. (2011). Sobre o conceito de sensação. *Revista da Abordagem Gestáltica*, 17(2), 217-223. Recuperado em 10 de novembro de 2023, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672011000200013&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672011000200013&lng=pt&tlng=pt). (N.doE.)]

11<sup>c</sup> <Início de uma nova preleção.>



científica sobre a base da experiência interna, a experiência daquilo que é puramente espiritual designa uma atividade essencial e fundamentalmente diferente. Ele viu que essa descrição, sob o âmbito da espiritualidade, traz com ela uma capacidade perfeita de explicação e isso, graças à possibilidade que se tem de viver novamente tão bem tanto os entrelaçamentos espirituais quanto todos os entrelaçamentos da motivação. Uma análise descritiva pura e conduzida profundamente suficiente explica, e explica mesmo de modo completamente satisfatório, o que a ciência histórica concreta do espírito interroga, porque a explicação não possui outro sentido aqui senão de tornar visível as necessidades internas do devir espiritual, da emergência espiritual a partir de razões espirituais. A espiritualidade carrega nela, e puramente nela, uma espécie de causalidade, a causalidade da motivação, e isso faz parte do componente de experiência vivida, sendo, pois, diretamente acessível à simples intuição e à descrição. Compreender o devir de uma obra de arte na perspectiva das ciências do espírito não se resume ao procedimento da psicofísica, ou seja, interrogar as causalidades psicofísicas que se desdobram entre a vida da alma do artista e a natureza física, mas significa se transportar para o interior da vida e da aspiração do artista, conduzi-la a uma intuição correspondente e plenamente viva, e tornar compreensível a partir destes motivos o sistema da convocação dos fins e dos atos de realização. Uma vez que isso tenha sido completamente realizado, não resta mais nenhuma questão sensata relevante para a história da arte.

§ 2. As razões da limitada influência de Dilthey sobre seus contemporâneos: a insuficiente compreensão destes e os limites de seu ponto de partida<sup>12d</sup>

A época – enfatizemos – não era suficientemente madura para acolher tais ideias. Aqueles que se fascinavam com a atitude naturalista da psicologia dominante, eram incapazes de aprofundar os problemas levantados por Dilthey. Certamente que Dilthey exercia uma influência, e essa, não somente através do tratado da Academia<sup>13</sup> que nos ocupa, mas já através de seus trabalhos anteriores, num amplo sentido, a saber, por esses esforços sempre renovados para provar e caracterizar de modo relevante, a particularidade metodológica inconciliável das ciências da natureza e das ciências do espírito. A novidade da interpretação naturalista das ciências do espírito que prevalecia até então se encontrava, de todo modo, prejudicada. Pode-se dizer que todos os textos importantes dos últimos decênios concernentes à natureza e ao método da história e das ciências históricas do espírito em relação àquela das ciências da natureza remontavam a Dilthey<sup>14e</sup>. Já se encontram nele todos os temas de certa importância. Mesmo as ideias mais significativas às quais esses problemas o trazem de volta, aqueles concernentes a uma psicologia puramente intuitiva que descreve e analisa, por oposição à psicologia dominante que pertence às ciências da natureza, não encontraram, a princípio, absolutamente nenhum eco. Para falar a verdade, é preciso admitir que a crítica diltheyana carece de nitidez no que se refere aos princípios. Se ele soube como manter um propósito estimulante com vistas às pretensões da psicologia naturalista no que diz respeito às ciências do espírito, ele não conseguiu alcançar qualquer clareza de princípio no que se refere ao sentido específico da psicologia e aos limites do que ela pode realizar. Mas é verdade que se poderiam ver tais realizações nos grandes conjuntos de fatos psicológicos com suas regras, a princípio postas em evidência e que só podem ser estabelecidas graças a seu método indutivo e experimental. Por outro lado, os desenvolvimentos positivos de tão grande valor sobre o método e o conjunto dos problemas de <uma> psicologia interna puramente descritiva, eram, por diferentes razões, insuficientes e não propiciavam tampouco convicção alguma. Esse padrão concernia antes de tudo às ilustrações a título de exemplos, à medida que elas não eram capazes de mostrar de modo convincente como uma psicologia, uma ciência explicativa, fundamental e elementar, poderia resultar de apanhados intuitivos e de uma descrição a eles relacionados. Nas ciências históricas do espírito<sup>15f</sup>, que possuem relação com a espiritualidade individual dada historicamente, aos Estados e aos direitos em sua individualidade típica respectiva, às situações e ao devir histórico dos povos, às correntes artísticas dadas de fato e de maneira histórica, aos artistas e às obras de arte, às produções científicas, etc., trata-se precisamente, na totalidade, daquilo que é individual, esta explicação individual da análise intuitiva e descritiva de que falamos. O processo criador de uma obra de arte é compreendido de maneira individual, encontra uma “explicação” puramente individual, se formos capazes de nos transpor ao artista, em sua vida espiritual, no mundo circundante que o motiva espiritualmente, apoiando-nos, naturalmente, sobre a interpretação dos dados históricos. Seguindo os motivos que determinaram o artista, partindo da interioridade, somos levados a compreender aquilo pelo que ele se esforçou para tornar factível o que quis, e qual sentido original ele dava à obra enquanto a criava. Em consequência, a arte da descrição e da explicação históricas pertence unicamente ao indivíduo. É deste modo em toda ciência do espírito. A psicologia, porém, não quer ser a ciência que apresenta os fatos individuais e históricos em seu encadeamento individual, e que o torna individualmente compreensíveis em seu contexto individual de motivação. Mas ela deve, de todo

12 <sup>d</sup> <Cf. os Apêndices II e III.>

13 Nota de Tradução: Conforme já havia sido mencionado acima, trata-se da Academia de Berlim, onde Dilthey tanto apresentava suas originais e instigantes ideias como as tornava públicas. Após lecionar nas universidades de Kiel e Bratislava, ocupou, em 1882, a cátedra de Rudolf Hermann Lotze (1817-1881) na Universidade de Berlim, cidade em que viveu até sua morte, em 1911. A Academia das Ciências de Berlim, anteriormente denominada Preußische Akademie der Wissenschaften, é conhecida atualmente por Berlin-Brandenburgische Akademie der Wissenschaften.

14 <sup>e</sup> Isso é provavelmente dizer demais.

15 <sup>f</sup> Dilthey distingue a história e as ciências sistemáticas do espírito que, como as ciências da natureza, visam conceitos e leis universais. (Dilthey, *Obras completas*, vol. V, p. 258.)



modo, ser uma ciência que conhece as leis da vida da alma e as leis segundo as quais nascem geralmente uma espiritualidade comum e uma cultura. Queremos com isso ser capazes de explicar, partindo de leis, e, por conseguinte, alcançar também nas ciências do espírito, para além da explicação individual, a consecução de uma explicação a partir de leis.

Porém, sobre esse tema, não se encontrou uma única informação satisfatória em Dilthey. Como, sobre o fundamento da simples experiência interna, quer dizer, da simples ilustração intuitiva da vida espiritual de outros e de uma vida comunitária, uma descrição pode oferecer mais que uma compreensão do indivíduo? Como ela pode conduzir a leis psicológicas universais e, da mesma forma, se sobrepor além das vagas generalizações empíricas? Deveria ela se restringir a uma típica morfologia individual, a uma simples história natural das formas históricas do espírito? Esta pode ter um certo valor. Mas isso é tudo? Toda morfologia, toda história natural não exige uma explicação racional segundo leis? Vocês compreenderão mais tarde o padrão radical da ideia diltheyana de uma psicologia descritiva. Eu direi aqui somente em algumas palavras, preliminarmente, interpretação: ele ainda não vira que há, por assim dizer, uma descrição geral da essência sobre o fundamento da intuição, mas se trata então de uma intuição da essência, do mesmo modo que ele não vira ainda que a relação a objetividades de consciência, que forma a essência radical da vida psíquica, é o tema genuíno e infinitamente fecundo das análises sistemáticas da alma enquanto análises de essência.

Como, em razão de uma infeliz interrupção, a ligação espiritual com nossas duas primeiras preleções se dissipou, convém inicialmente lembrar o que já foi dito<sup>16g</sup>. Não pretendo somente repetir, mas também tecer algumas ideias capazes de elucidar mais adiante a natureza das intuições de Dilthey a propósito da psicologia e tornar compreensíveis as palavras críticas sobre as quais concluí.

Ao lado da psicologia “explicativa”, regida pelo modelo das ciências da natureza, ele exige uma psicologia “analítico-descritiva”<sup>17h</sup>. A primeira pesquisa segundo um procedimento construtivo e hipotético, partindo de elementos psíquicos tais que os dados de sensações e dados de sentimentos, a construir uma conexão causal ela mesma não experimentável, e a fornecer uma “explicação” por leis causais tais como à ciência física natural (à qual essa psicologia se entrelaça na psicofísica). Dilthey é, sob certos aspectos, cético em relação a essa psicologia, a psicologia moderna, experimental num sentido naturalista. Ela é incapaz de servir de fundamento às ciências do espírito. Tem-se antes a necessidade de uma psicologia que proceda de maneira puramente intuitiva (e não de modo hipotético e construtivo) por descrição e análise. Esta (eu cito quase que literalmente) é a apresentação dos componentes e dos encadeamentos que se apresentam sob a mesma forma na vida psíquica de todo ser humano desenvolvido. A psicologia naturalista não vê que os encadeamentos psíquicos são vividos e que eles são todos religados num único conjunto, a saber, o conjunto total da vida psíquica em fluxo. A coesão não é, pois, qualquer coisa juntada hipoteticamente ou deduzida, mas, enquanto vivido numa experiência puramente interna, é acessível a uma análise e a uma descrição diretamente estruturantes. A psicologia é justamente a descrição e análise dessa sequência como dado de modo interno, porquanto ela é a própria vida; mais precisamente como é pensado por Dilthey, trata-se sempre de encadeamentos vitais do “tipo humano” desenvolvido. Explicamos a natureza, compreendemos a vida da alma ou do espírito; compreender é a tarefa de todas as ciências históricas e sistemáticas do espírito que, por esta razão, remete à psicologia descritiva e analítica enquanto ciência fundamental da compreensão. As construções hipotéticas da psicologia experimental enquanto ciência da natureza só poderia introduzir confusão e ser afetado por hipóteses inúteis. Uma psicologia que renuncia a fundar o que se passa no espírito a partir do encadeamento compreensivo da vida espiritual é necessariamente estéril. Por exemplo: a religião é um domínio da cultura do espírito. Logo que dela falamos, chegamos necessariamente a conceitos universais tais como sentimento, vontade, vício, liberdade, motivo, e outros similares. Mas é claro que os conceitos dessa espécie só podem ser elucidados no encadeamento psíquico submetido a regras em geral, tal como é dado em experiências internas de maneira puramente intuitiva. É preciso, a partir dali, deve-se alcançar a compreensão de como, por exemplo, a consciência de Deus nasce e ganha em força. O mesmo acontece quando, nas ciências jurídicas, tem-se por tema o fato universal do espírito que é o *direito*. Somos reconduzidos aí aos conceitos fundamentais tais como os da norma, da lei, da imputabilidade etc. Como poderíamos elucidar de outro modo esses conceitos, fazer compreender quais fins são operantes no direito e como as vontades particulares são submetidas a essas leis – sem retornar aos encadeamentos regulares na interioridade da vida psíquica humana? Do mesmo modo, nas ciências políticas, os conceitos de comunidade, de dominação, de vício etc., nos reconduzem novamente aos fatos psíquicos internos; do mesmo modo, naturalmente, nas ciências do espírito, que procuram nos proporcionar uma teoria da literatura e da arte. É claro que isso vale para todas as ciências do espírito, quaisquer que sejam os sistemas culturais ou as organizações externas da sociedade humana, às quais elas se reportam, como a família e a comunidade, a Igreja e o Estado. Emergindo do encadeamento vivo da alma humana, esses últimos só podem ser compreendidos a partir desse mesmo encadeamento. Não é só porque ele tem uma uniformidade e uma regularidade na vida da alma que pode nascer enquanto forças excedendo o indivíduo e tornar possível uma mesma ordem para todos. A aproximação com a teoria do conhecimento é, do mesmo modo, significativa.

16 <sup>g</sup> <Início de uma nova preleção.>

17 <sup>h</sup> Nas preleções foram dadas explicações mais detalhadas e a expressão aristotélica “apodítica” foi utilizada para o conhecimento “explicativo”. – Explicação das leis a) pura *a priori*, b) com base nisso, a forma apodítica das leis empíricas da física matemática. Sendo assim, isso foi utilizado sempre nas conferências posteriores (oralmente).



A teoria do conhecimento tem fartamente reivindicado um lugar que seja seu em relação às ciências do espírito, e o mesmo vale para ela, como expõe Dilthey de maneira detalhada. O título de conhecimento com todas as suas formas particulares bem reconduz em definitivo à unidade do encadeamento psíquico como base de todos os processos de conhecimento. A teoria do conhecimento, ela mesma, se não pretende operar sob a ajuda de conceitos não elucidados pertencentes a uma tradição psicológica que se desenvolveu para a aventura, é reconduzida por consequência a uma psicologia descritiva e analítica como sua base.

Recentemente, deixei compreender de maneira crítica que, ainda que nas exposições de Dilthey tenham sido esboçadas impulsões bastante significativas e conteúdos de intuições geniais, existem falhas significativas muito sensíveis. O contraste que ele estabelece entre a psicologia naturalista voltada para o exterior e a psicologia descritiva voltada para o interior não atingiu ainda o esclarecimento absoluto, quer dizer, as fontes principais últimas. Eu lembro-lhes um ponto capital que, evidentemente, não exercia nenhum papel explícito na contracrítica contemporânea, mas que teve, no entanto, uma ação subterrânea. Este aspecto é, em todo caso, decisivo, porque mesmo admirando a intuição de Dilthey, não podemos nos ater a suas ideias e não podemos de nenhum modo recomendar a imitação do método que ele vislumbrou.

O retorno à experiência interna e a análise descritiva que devem ser consideradas em uma visão interna pura, permitem compreender o individual, compreender a entrada em cena de um ato e de formações espirituais individuais, no encadeamento dos vividos; permitem uma compreensão a partir das razões individualmente motivantes. A reconstrução da motivação concreta expõe a necessidade, mostra, por exemplo, porque era necessário que um homem político tomasse precisamente essa decisão ou, então, porque um pesquisador deveria necessariamente tomar, precisamente, esse caminho de pensamento teórico. É uma espécie de explicação individual. Mas a psicologia deve explicar a partir de visões intuitivas gerais, deve ser uma ciência de leis, deve adquirir um conjunto de leis teóricas gerais que tenha para as ciências do espírito (e, como Dilthey bem adere, igualmente pela teoria do conhecimento) uma função semelhante àquela que possuem a teoria matemática e a física teórica para as ciências da natureza. Mas como alcançarmos, numa psicologia que repousa puramente sobre a experiência interna da vida psíquica e sobre a descrição, a generalização das leis? Tais generalidades são aqui, ao contrário, impossíveis; ademais, uma psicologia que explica a partir de leis não só seria possível enquanto psicologia psicofísica? Tem-se quase a impressão de que, para Dilthey, uma psicologia analítica e descritiva não deveria ser e não poderia ser nada mais que uma história natural descritiva da vida psíquica humana, do “tipo humano desenvolvido” – como o diz explicitamente Dilthey. Mas será que o típico da vida psíquica que, por uma análise elementar, nos reconduziria às sensações, aos sentimentos sensíveis, às percepções, às lembranças, às expectativas, aos múltiplos tipos de conhecimento por julgamento, de comportamento de avaliação, de desejo, de vontade – esse típico, pergunto eu, é qualquer coisa como uma simples tipologia relevante da história natural? Se sim, em seguida, estudamos os tipos de pessoa, não retornamos a uma simples psicologia empírica comparativa em estilo dos mais antigos, que nos oferece uma multiplicidade de formas típicas de personalidades, de caracteres, de temperamentos, de associações, mas jamais algo como uma necessidade universal, uma explicação permitindo conhecer a partir de leis? Toda explicação nas ciências da natureza realizada sob o título de psíquico e que, normalmente compreendida, passa por uma tarefa incondicional do conhecimento da natureza, repousa sobre o fato de que a natureza, o domínio da dita experiência externa, possui uma estrutura tida como “*a priori*”. Mais precisamente, acima de todos os tipos empíricos de uma natureza dada, tal como estudada sistematicamente nas disciplinas de história natural e apresentadas com a ajuda de conceitos descrevendo os tipos, se encontra um campo de generalidades necessárias e exatas. Antes de se perguntar sobre as formas empíricas particulares de uma coisa psíquica, geralmente estamos lidando com uma coisa que, ao longo de todas as suas transformações, segue uma norma, uma forma ideal, que chamamos de sua essência matemática. Em toda empiria, à medida que a coisa pode ser identificada de maneira concordante e também intersubjetiva, onde ela deve poder ser verificada como a mesma coisa, é qualquer coisa de material, de estendida espacialmente e que tem uma duração temporal. No entanto, o que é tomado enquanto tal, na experiência subjetiva, de fato, não é por princípio nada fixo, mas contém em si, nas variações das “intuições”, algo de matemático enquanto ideal, um ideal em relação ao qual o empírico é uma aproximação.

Sob o título imponente do “espaço-temporalmente estendido” indica-se já necessidades supraempíricas, que os matemáticos da espaço-temporalidade procuram desenvolver em axiomas e teoremas: um domínio infinito de leis ideais às quais estão vinculadas de maneira absoluta, cada objeto da natureza enquanto tal, e cada empiria intuitiva, a título de aproximação<sup>181</sup>. O essencial não é que a natureza se submeta a conceitos quantitativos como se existissem apenas essas necessidades; mas, precisamente, que a natureza possua uma forma universal, um quadro universal de leis que liga tudo o que é natural segundo uma necessidade incondicionada. Não é aqui o lugar para mostrar como o fato de conduzir a esse *a priori* torna possível uma ciência que explica teoricamente a experiência e que é <do> gênero da física – basta que vejamos, o que é de fato manifesto, que, logo que façamos abstração desse quadro *a priori*, da recondução do que é dado a cada vez empiricamente e realmente à ideia que se estende ao infinito, então, precisamente, uma história natural geral se torna possível mas nada mais que uma explicação a partir de leis, de uma explicação a partir de necessidades.

<sup>181</sup> Não é fácil descrever brevemente a verdadeira relação da coisa intuitiva como uma aparência em relação à coisa idealmente matemática que aparece nessa aparição, podendo essa relação ser compreendida como aproximação da ideia. Na atitude da ciência exata, a coisa e suas propriedades constitutivas em si são referidas como matemáticas. Exatidão = idealidade matemática.



O domínio das experiências “internas”, o encadeamento dos vividos – que constitui o fluxo interno da vida, respectivamente, a pessoa tomada pura e concretamente, acessível por uma via direta – não poderia então igualmente comportar um quadro formal de leis, uma forma universal de necessidades, ou de leis absolutamente invioláveis às quais pudesse matematicamente se reportar um trabalho de explicação relevante das ciências do espírito? E não deveria o mesmo, valer também em relação às formas estruturais mais universais da associação de pessoas espirituais individuais em comunidades espirituais? Se a ideia crítica que acaba de ser sugerida fosse sem consistência, nós nos encontraríamos, então, diante de um paradoxo curioso que Dilthey não percebeu. Tornar compreensíveis os atos e as formações espirituais individuais não significa outra coisa, senão tornar manifesta a sua necessidade individual. Graças à reconstrução intuitiva das pessoas concretas, e o encadeamento individual de seu vivido e de suas faculdades – nos quais esses atos estão inseridos, mas nos quais, a partir da motivação própria a esse encadeamento intersubjetivo dos vividos, eles também nasceram de uma maneira assim motivada – vimos sua necessidade individual, e compreender não significa outra coisa. É possível que tivéssemos nos enganado na reconstrução: por exemplo, na reconstrução histórica da personalidade de um Bismarck e os motivos que o guiaram a tomar tal decisão. Mas se a reconstrução for historicamente exata e tendo ela alcançado uma intuição efetivamente unitária e completa, então, torna-se evidente para nós porque Bismarck, sendo quem ele era, e percebida a maneira pela qual ele estava motivado, se decidira necessariamente assim. E, mesmo que a reconstrução fosse falsa, ela é plenamente intuitiva; nela reside aqui a necessidade individual seguinte: se Bismarck tivesse sido tal e se tivesse sido motivado assim, então, ele deveria ter agido assim. Os limites da compreensão são aqueles da análise da motivação e da reconstrução. Se estes últimos estão incompletos, a necessidade está, por sua vez, incompletamente elucidada. O paradoxo reside então nisso que deve haver da necessidade naquilo que é individual e que, entretanto, não há leis puras da necessidade que, como todas as leis puras, apresente encadeamentos hipotéticos, encadeamentos de puras generalidades que se relacionem a puras possibilidades. Parece que Dilthey não tenha esclarecido, mesmo no caso individual, a diferença entre a necessidade rigorosa, neste caso, compreensão *explicativa* de uma generalidade empírica e de uma indução empírica, caso contrário, esse paradoxo deveria tê-lo surpreendido e guiado.

A colocação diltheyana em paralelo da fundação das ciências do espírito com aquela da crítica do conhecimento por uma psicologia descritiva é igualmente esclarecedora aqui. O paradoxo paralelo surge efetivamente e possui ainda mais peso. Em suma: a teoria do conhecimento quer fazer compreender de uma maneira geral e em seus princípios, como a ação de conhecer, em sua interioridade psíquica, pode produzir um resultado de valor objetivo. Mas como poderia ela jamais resolver semelhante tarefa, se repousava sobre uma empiria psicológica que, em vez das necessidades invioláveis e intuitivamente visíveis, só oferecem generalidades relevantes da história natural? Não é, portanto, possível elucidar os princípios do conhecimento a partir de vagas generalidades biológicas típicas. Por conseguinte, e de todo modo, uma psicologia que produz necessidades é um *desideratum*<sup>19</sup>.

As ideias de Dilthey não eram suficientemente maduras, o que explica a reação, a princípio, triunfante da parte da psicologia experimental. A edição de outubro de 1895 da revista *Zeitschrift für Psychologie und Physiologie der Sinnesorgane* continha uma resposta brilhante, escrita por parte de Hermann Ebbinghaus, o fundador da psicologia experimental da memória. São algumas frases de uma carta privada que Ebbinghaus havia endereçado um ano antes a Dilthey, que continha o melhor conteúdo dessa crítica negativa (segundo Misch, *Obras completas* de Dilthey, volume V, p. 423<sup>20</sup>). Ebbinghaus explica que considera o todo como fundamentalmente equivocado e indutor ao erro, e complementa: “Eu não estava de fato preparado a tanta injustiça frente à psicologia atual e a tão pouca clareza no que lhe concerne, ao ponto que aquilo que você recomenda às pessoas é precisamente o que elas praticam há muito tempo”. Para o essencial, o que precede é sem dúvida inexata, embora seja verdade que muitas das apresentações de Dilthey possam ser interpretadas assim. Em razão da falta de clareza e de nitidez em nível dos princípios, compreende-se também a falha das numerosas tentativas de Dilthey para proporcionar o esboço de uma resposta, assim como sua falta, posteriormente, de uma contrapublicação detalhada. Em todo caso, foi a psicologia experimental que triunfou totalmente a princípio – também aos olhos dos filósofos profanos – para a maior humilhação de Dilthey que quase se desesprou em tentar exibir, à força, a seus contemporâneos, as visões extremamente importantes que ele havia percebido em sua intuição genial.

19 Nota de tradução: “Desiderato” = o que se deseja ou aspira.

20 Nota de tradução: Georg Misch (1878-1965), professor em Marburg e Göttingen, foi discípulo de Wilhelm Dilthey (1833-1911). Conforme indicado, aqui faz-se referência às *Obras completas* de Dilthey.